

Texto exige que o profissional tenha Registro de Qualificação de Especialista

O [Projeto de Lei 1480/21](#) prevê que, caso o médico solicite, as operadoras de planos de saúde serão obrigadas a firmar contratos individuais para realização de consultas e procedimentos médicos sem intermediação de uma empresa.

O texto em análise na Câmara dos Deputados exige que o médico interessado tenha Registro de Qualificação de Especialista (RQE), exceto o clínico geral, que deverá apenas possuir registro no Conselho Federal de Medicina (CFM).

“O atual sistema tributário pune o médico com bitributação efetiva – paga-se como pessoa jurídica e depois como pessoa física –, tornando-o refém ou escravo de clínicas e hospitais ao não permitir recebimento direto das operadoras de saúde”, disse o autor, deputado [Raimundo Costa \(PL-BA\)](#).

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, em 15.06.2021